



A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFORMAÇÃO: REVISITANDO CONCEITOS E DADOS PARA A ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA NARRATIVA DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016 NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - BRASIL

LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA INFORMACIÓN: REVISITANDO CONCEPTOS Y DATOS PARA EL ANÁLISIS SOCIOHISTÓRICO DE LA NARRATIVA DE LAS OCUPACIONES ESTUDIANTILES EN 2016 EN EL ESTADO DE ESPÍRITO SANTO - BRASIL

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF INFORMATION: REVISITING CONCEPTS AND DATA FOR THE SOCIO-HISTORICAL ANALYSIS OF THE NARRATIVE OF STUDENT OCCUPATIONS IN 2016 IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO – BRAZIL

Dr. Leonardo Bis Santos

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-9048-8705>

leonardo.bis@ifes.edu.br

Me. Gabriel Franco de Oliveira Zambon

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-3130-0802>

gabriel_zambon@yahoo.com.br

Resumo

Discute-se, no presente artigo, como a denominada grande mídia do estado do Espírito Santo divulgou os movimentos de ocupação estudantil, ocorridos no ano de 2016. Definimos como objeto de análise, as reportagens sobre as ocupações escolares veiculadas no ESTV 1ª Edição – noticiário televisivo líder de audiência em seu horário. O nosso objetivo foi levantar e discutir elementos da construção da

narrativa em relação às ocupações das escolas capixabas. Em uma segunda camada interpretativa, dado o hiato temporal, comparar com os resultados formativos tendo por base resultados de pesquisas. Para tal, analisamos as referidas reportagens, a partir do conceito de sociedade do espetáculo de Debord (2003), das considerações sobre o showrnlismo de Abex Jr. (2001) e da compreensão sobre a construção das agendas sociais e políticas, baseada no conceito de conflito social, defendido por Santos (2009). Os resultados apontam para as correlações entre os interesses manifestos nas edições das reportagens da época.

Palavras-chave: Mídia; Televisão; Ocupações estudantis; Divulgação de informações; Conflito social.

Licencia Creative Commons Attribution Non-Comercial 3.0 Unported (CC BY-NC 3.0) Licencia Internacional



**CUADERNOS DE SOFÍA
EDITORIAL**

Resumen

Este artículo analiza cómo los llamados grandes medios de comunicación del estado de Espírito Santo/Brazil divulgaron los movimientos de ocupación estudiantil ocurridos en 2016. Líder de audiencia en su franja horaria. Nuestro objetivo fue plantear y discutir elementos de la construcción de la narrativa en relación a las ocupaciones de las escuelas de Espírito Santo. En una segunda capa interpretativa, dado el desfase temporal, comparar con los resultados de formación basados en resultados de investigación. Para ello, analizamos los citados informes, basados en el concepto de sociedad del espectáculo de Debord (2003), sobre las consideraciones sobre el showrnlismo de Abex Jr. (2001) y la comprensión de la construcción de agendas sociales y políticas, a partir del concepto de conflicto social, defendido por Santos (2009). Los resultados apuntan a las correlaciones entre los intereses manifestados en las ediciones de los informes de la época.

Palabras clave: Medios de comunicación; Televisión; Ocupaciones de estudiantes; Revelación de información; Conflicto social.

Abstract

This article discusses how the so-called mainstream media of the state of Espírito Santo publicized the student occupation movements that took place in 2016. audience leader in its time slot. Our objective was to raise and discuss elements of the construction of the narrative in relation to the occupations of Espírito Santo schools. In a second interpretative layer, given the time gap, compare with the training results based on research results. To this end, we analyzed the aforementioned reports, based on Debord's concept of society of the spectacle (2003), on the considerations about showrnalism by Abex Jr. (2001) and the understanding of the construction of social and political agendas, based on the concept of social conflict, defended by Santos (2009). The results point to the correlations between the interests manifested in the editions of the reports of the time.

Keywords: Media; Television; Student occupations; Disclosure of Information; Social conflict.

Introdução

O verbete ocupar tem vários significados. Alguns deles têm relação direta com o raciocínio que objetivamos desenvolver no presente ensaio:

1. Estar ou ficar na posse de; exercer [...].
2. Tomar posse de; conquistar o direito de [...].
3. Invadir; conquistar [...].
4. Tomar ou encher (algum lugar no espaço); cobrir todo espaço de [...]. Encher completamente; preencher [...] (FERREIRA, 2010, p. 1495).

O sentido que pretendemos destacar em relação ao termo ocupar se refere a fazer uso de um espaço, tomado ou conquistado por invasão, com o objetivo de preenchê-lo parcialmente ou totalmente, de forma a tomar posse para utilização. Acerca desse conceito é relevante distingui-lo em relação ao de invasão – que remete à literatura jurídica de crime. A esse respeito, tratando da relação com imóveis em áreas urbanas, Coura e Moura (2021) nos alertam que

não há inocência na linguagem do direito! Ocupação e invasão buscam representar conceitos, constituir um sistema de

verdades. Se o autor afirma que seu imóvel foi invadido, logo deverá ser reintegrado, pois houve um esbulho. Se o réu afirma que ocupou, deverá ser mantido, pois o imóvel estava abandonado (COURA; MOURA, 2021, p. 2108).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, historicamente padece nessa discussão, onde a disputa narrativa aparece como instrumento de criminalização das ações que geram debates entorno do uso social da terra. O MST tem o mérito de alçar essa discussão a patamares nacionais, no caso brasileiro, impulsionando outros movimentos sociais de ocupação.

Sem duvidar que não há inocência na construção narrativa dos fenômenos sociais, principalmente os movimentos de crítica aos modelos hegemônicos, buscamos discutir o processo de elaboração da representação criada e propagada pela *mass media*. O objeto empírico se situa nas ações empreendidas por estudantes secundaristas em 2016, que ficou conhecida como Ocupa.

Ao digitar o termo ocupação no sítio eletrônico da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), aparecem 358 notícias relacionadas¹. Essa estratégia faz parte de um repertório social registrado no sítio eletrônico estudantil desde 2011. Os estudantes brasileiros têm organizado movimentos denominados ocupação em todo o país, como alternativa para gerar valor social sobre os debates inerentes à educação pública de qualidade. Estabelecem mecanismos para tensionar os meios de comunicação e a sociedade e inserir a pauta nas agendas pública e política. Foi assim em Brasília, durante a aprovação do Estatuto da Juventude em 2011; no Ato Nacional de Ocupação das Secretarias de Educação, convocado pela UBES em 2012, em defesa das bandeiras de lutas unificadas do movimento estudantil; em 2013, quando os estudantes ocuparam o Congresso para pressionar os senadores a aprovarem os royalties para a educação; em 2014 com o movimento #OcupeACâmara, em que os estudantes se instalaram na Câmara Federal para pressionar a aprovação dos 10% do PIB para a educação no PNE; foi assim em 2015 quando os estudantes ocuparam as escolas estaduais de São Paulo em protesto contra o plano de reorganização do sistema educacional estadual paulista; em 2016, quando os estudantes ocuparam escolas em todo o Brasil, protestando contra a

¹ Ver <https://ubes.org.br/?s=ocupa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 15 nov. 2022.

Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016 e a Medida Provisória nº 746/2016. Nesse sentido é possível interpretar o repertório das ocupações como uma tecnologia social – replicável, dentro de determinadas condições de flexibilização operada pelos contextos – que gera valor social, positivo ou negativo, dependendo do postulado ideológico de quem o atribui.

Esse repertório coletivo, conforme já apontado, não é imutável e a partir de novembro de 2015 uma inovação na manifestação foi implementada pelos estudantes: passaram a ocupar escolas, num movimento que eles próprios denominaram de Primavera Estudantil e que durou mais de um ano. Tal movimento foi iniciado com as ocupações nas escolas estaduais de São Paulo e continuaram ao longo de todo o ano de 2016. Outra inovação foi a liderança compartilhada, bastante utilizada em 2016 em todo o território nacional. A esse respeito especificamente, Alvim e Rodrigues (2017) destacaram o potencial de aprendizagem dessa experiência: “os estudantes se veem empolgados diante do desafio de se auto-organizar, criando, por exemplo, programações de atividades, marcando e realizando reuniões entre si ou com a administração da escola e gerindo coletivamente páginas na internet” (ALVIM; RODRIGUES, 2017, p. 88). Acerca da gestão do movimento, Corti e Crochik (2021) afirmam que:

A forma política assumida pelas ocupações das escolas foi marcada pela ausência de liderança central, pela concomitância de várias iniciativas, nem sempre coordenadas, mas que uma vez instituídas, estabeleciam algum grau de comunicação entre si. Houve casos em que a presença do movimento estudantil institucionalizado tinha centralidade, mas em muitas experiências de ocupação o que se viu foi uma crítica às noções da democracia formal representativa. Podemos dizer que as ocupações estudantis trouxeram consigo um forte componente “anti-institucional” porque não restringiu sua expressão aos meios, instrumentos e espaços consagrados pela democracia representativa formal. (CORTI; CROCHIK, 2021, pp. 7-8).

Entre janeiro e dezembro de 2016, foram inúmeras ocupações de escolas por todo o território nacional. Em Goiás, estudantes ocuparam as escolas contra a militarização e a privatização do ensino, promovidos pelo governo estadual. No Rio

Grande do Sul, os estudantes ocuparam as escolas contra o sucateamento e a privatização da educação e também em apoio à greve dos professores. Naquele mesmo ano, as ocupações ainda ocorreram em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Paraná, em Santa Catarina, no Espírito Santo, entre outros estados. Em novembro de 2016, eram mais de mil escolas ocupadas em todo o Brasil e as motivações, apesar de algumas particularidades locais, foram unificadas: os estudantes se posicionavam contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016 (PEC 241 – que depois se transformaria na Emenda Constitucional 95) e a Medida Provisória nº 746/2016 (Reformulação do Ensino Médio, atual Lei 13.415/2017).

A despeito de todo movimento ocorrido no Brasil, Stocco e Moraes (2018) defendem que as características políticas assumidas no estado do Espírito Santo tornam as ocupações singulares nesse estado. O Programa Escola Viva e o alinhamento das forças políticas com o movimento empresarial ES em Ação são decisivas para que “as ocupações secundaristas ocorridas em 2016 no Espírito Santo não são mera cópia de movimentos que ocorreram em outros estados brasileiros, mas já vinha sendo gestada uma resistência à educação empresarial há alguns anos nesse estado” (STOCCO; MORAES, 2018, p. 247).

Para além de fazer um levantamento histórico do movimento de ocupação, que por si só já se mostra relevante perante os movimentos reacionários cada vez mais visibilizados no Brasil, pretendemos discutir, no presente ensaio, como a denominada grande mídia do estado do Espírito Santo divulgou tais movimentos – lembremos que as narrativas não são inocentes. Definimos como objeto de análise, as reportagens sobre as ocupações escolares veiculadas no ESTV 1ª edição das quatro emissoras da Rede Gazeta (ES), telejornal que vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 12h às 12h45 e no sábado das 12h às 12h30, em todo o estado. O nosso objetivo foi compreender como a Rede Gazeta construiu o discurso em relação às ocupações das escolas capixabas em 2016. Para isso, analisamos as referidas reportagens, a partir do conceito de sociedade do espetáculo, de Debord (2003), em comparação com as considerações sobre o showrnlismo de Abex Jr. (2001), tendo como segunda camada analítica a compreensão da construção das agendas sociais e políticas, a partir do conceito de conflito social, defendido por Santos (2009).

O problema que nos moveu em direção a tal objetivo foi: que representações a televisão aberta do Espírito Santo procurou criar sobre o movimento de ocupação

escolar ocorrido no final de 2016? Como a explicitação dos conflitos sociais a partir da ocupação de escolas por alunos foi representada pela mídia? Assumimos a hipótese de que os meios de comunicação, controlados por grupos de empresários favoráveis às reformas implementadas pelo governo, como a PEC 241 – que virou Emenda Constitucional 95 - e a MP 746, objetivavam criar representações negativas dos movimentos contrários a elas, fortalecendo movimentos reacionários que se propagaram no Brasil.

A televisão brasileira e capixaba

Em artigo intitulado *Mídia no Brasil: concentração das comunicações e telecomunicações*, Cabral (2015) afirma que, apesar de saltar aos nossos olhos cotidianamente, parece ser menosprezada nas nossas reflexões diárias o potencial da *mass media*, uma vez que “os meios de comunicação e de telecomunicações chegam mais às pessoas do que o esgoto, a água e a energia elétrica” (CABRAL, 2015, p. 18). Baseada em dados da Pesquisa Brasileira de Mídia, de 2015, sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social do Brasil, temos que 96,9% dos lares brasileiros têm, pelo menos, um aparelho de televisão e que 73% dos sujeitos entrevistados vêm TV todos os dias. Tal informação mostra o alcance que as redes de televisão possuem no território brasileiro.

No caso específico do estado do Espírito Santo, pesquisa realizada em dezembro de 2021 aponta para as transformações experienciadas com a popularização da internet. A partir de um recorte geográfico, considerando o interior do estado e bairro da periferia urbana da Região Metropolitana, temos dados bastante diversos. Quando perguntados quais veículos de comunicação que utilizam com maior frequência para se informar sobre o que acontece na sua comunidade, dentre aqueles que indicaram algum, os resultados foram os seguintes:

- No interior do estado: 11% indicaram a televisão².
- Em bairro da periferia urbana da Grande Vitória: 57% apontaram a TV³.

² Resultados com relevância estatística, tendo como parâmetros uma população de mais de 450.000 pessoas, uma margem de erro de 5% e um intervalo de confiança de 95%. Ver: SANTOS, Leonardo Bis dos. Relatório Dados Primários do Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável – Microrregiões do Espírito Santo: Caparaó, Central Serrana e Sudoeste Serrana. Mimeo. Material não publicado. Vitória: 2022.

³ Resultados com relevância estatística, tendo como parâmetros uma população de mais de cerca de 3.000 pessoas, uma margem de erro de 6% e um intervalo de confiança de 95%. Ver: SANTOS, Leonardo Bis dos. Relatório Final – Estatística descritiva do Projeto Desenvolvimento de Base Comunitária: Periferias Urbanas – Jesus de Nazareth – Vitória/ES. Mimeo. Material não publicado. Vitória: 2022.

Temos, contudo, um outro resultado dessa pesquisa que aponta para a TV Gazeta, que é a filiada da Rede Globo no estado do Espírito Santo, como sendo uma das principais fontes de confiança nas informações repassadas por veículos de informações. Na Região Metropolitana, em nosso estudo de caso em uma periferia, a TV Gazeta/Rede Globo é a 3ª fonte mais confiável, com 15,3%, ficando atrás do Whatsapp (21,3%) e da TV Vitória/Rede Record (16,3%). A situação se altera quando o recorte é o interior do estado: a TV Gazeta/Rede Globo atinge o topo entre os mais confiáveis, com 17,7%, seguido do rádio (17%) e o Whatsapp (15,9%). Nota-se que as respostas genéricas dos entrevistados, como rádio e principalmente o Whatsapp escamoteiam uma infinidade nuances ideológicas, uma vez abrigam um sem número de posicionamentos – há vários programas de rádio operando no interior do Espírito Santo. Quando discutimos as informações veiculadas no Whatsapp a análise se torna inviável, uma vez observadas as evidências de *fake news* e a completa desregulamentação das informações veiculadas. De toda forma, esses dados nos permitem algumas afirmações acerca de nosso objeto: a) a televisão é um veículo relevante para o entendimento da sociedade; b) a Rede Gazeta/Rede Globo habita o imaginário da população capixaba, seja no interior ou na capital, como sendo um veículo que publica informações confiáveis.

No Espírito Santo as principais redes de comunicação são dominadas por conglomerados econômicos e por famílias tradicionais da elite política e econômica. A Rede Gazeta pertence à família Lindenberg, cujos membros já ocuparam postos públicos, entre eles o de governador do estado. A Rede Tribuna, filiada do Sistema Brasileiro de Televisão/SBT, pertence ao grupo industrial João Santos, fabricante do Cimento Nassau – outra grande indústria brasileira, com sede em Pernambuco. A Rede Vitória pertence ao grupo Buaiz, um dos maiores do estado e que está presente nos mercados de alimentos, logística, operações portuárias, comércio exterior, comunicação, *shopping center* e empreendimentos imobiliários. Já a TV Capixaba pertence ao grupo Sá Cavalcanti, o maior do Espírito Santo no ramo de *shoppings centers*, além de vários outros empreendimentos da construção civil pelo país.

Martinuzzo (2012) afirma que a televisão surgiu, no Espírito Santo, como elemento de disputa pelo poder num período de importantes transformações econômicas e políticas no estado. Durante as décadas de 1960 e 1970

[...] o Espírito Santo vivia um contexto de mudança econômica, iniciando a sua transição de um paradigma produtivo agrário para um modelo fabril-exportador, num cenário em que as disputas políticas se davam em torno de projetos ruralistas e desenvolvimentistas, com pitadas de batalhas populistas, envolvendo jornais e emissoras de rádio. A televisão capixaba surge nesse contexto de transformação socioeconômica e política, como ingrediente de disputa por poder (MARTINUZZO, 2012, p. 24).

Aqui, assim como no cenário nacional, as principais redes de televisão são dominadas por grupos empresariais e por famílias com longa tradição na política, o que Martinuzzo (2012) define como coronelismo midiático, fato importante para o estabelecimento das relações de poder. Nesse sentido, Fonseca (2011, p. 41–42) afirma que a mídia

representa uma forma de poder que, nas sociedades “de massa”, possui papéis extremamente significativos, tais como: influir na formação das agendas públicas e governamentais; intermediar relações sociais entre grupos distintos (Capelato, 1988); influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos; participar das contendas políticas, em sentido lato (defesa ou veto de uma causa, por exemplo) e estrito (apoio a governos, partidos ou candidatos); e atuar como capazes de organizar interesses.

Ou seja, grupos econômicos, políticos e igrejas, para além de se apropriarem de empresas de comunicação com o intuito de aumentarem seus patrimônios materiais e obterem lucro, têm em mãos, ao se apropriarem de concessões de televisão, o poder de criar representações sociais sobre diversos temas e impor à sociedade, de um modo geral, visões de mundo adequados aos seus interesses. Ocupam, no sentido explicitado na introdução deste ensaio, nossas mentes.

Apesar das rápidas transformações provocadas pelos efeitos Youtube e Whatsapp, temos uma discussão relevante na sociedade sobre a qualidade e veracidade das informações. O Youtube, o Facebook e o Instagram possuem ferramentas que detectam e excluem informações que atentam contra a política de dados das empresas. O Whatsapp e o Telegram ainda estão bem atrás nessa política, privilegiando o sigilo. De toda forma, é inegável o peso dos veículos de comunicação

na configuração de um personagem público ou de movimentos sociais e/ou comunitários. As mudanças destacadas, realçam os dados apresentados por Cabral (2015), uma vez que estão mais afetos ao foco de nossa análise, pela aproximação temporal com as ocupações de 2016.

Mídia e relações de poder

Arbex Jr (2001) levanta reflexões em relação ao poder da mídia sobre os fatos históricos. Apoiado na ideia de que não há neutralidade objetiva, o referido autor questiona a diferença que existe entre presenciar um evento ao vivo e assisti-lo pela televisão. Questiona, ainda, o poder da mídia em sedimentar realidades na memória coletiva. E por último, levanta a discussão sobre até que ponto a mídia é uma força determinante nos rumos do fato histórico.

Ao debater as questões acima explicitadas, Arbex Jr. (2001) defende que a partir da Guerra do Golfo, a televisão mudou sua relação com a notícia. Ela passou a exercer grande influência sobre os fatos políticos, pois estes, a partir de então, tiveram que ser noticiados para terem validade perante a população: “A televisão adquiriu o poder de definir o que será ou não um acontecimento político” (ARBEX JR., 2001, p. 32). Afirmo, ainda, que a televisão tornou importante a espetacularização do fato histórico e exemplifica tal fenômeno com a mudança no roteiro dos filmes que retratavam os meios de comunicação: “Não se trata mais de mostrar o jornal como um panfleto instrumentalizado pelo seu proprietário, como no caso de Citizen Kane (Orson Welles, 1941), mas da espetacularização da notícia” (ARBEX JR., 2001, p. 52). Arbex Jr (2001, p. 98) conclui que

A televisão é um polo ativo do processo de seleção e divulgação das notícias e também dos comentários e interpretações que delas são feitas. Não é mera observadora ou repórter: tem o poder de interferir nos acontecimentos. O telenoticiário diário adquiriu o estatuto de uma peça política, cuja lógica é determinada pelas relações de cada veículo da mídia com o sistema político, financeiro e econômico do país ou região em que ele se encontra. A notícia, como produto final, é uma síntese desse conjunto de relações [...].

O que nos interessa na discussão proposta pelo autor são as formas que a mídia, principalmente a televisão, utiliza para manipular a opinião pública em relação

a um fato histórico e, assim, produzir uma representação coletiva sobre determinados acontecimentos. Defendemos que tal intencionalidade está diretamente vinculada às relações de poder estabelecidas e aos interesses de classe. Assumimos que não é possível desvincular a produção telejornalística dos grupos sociais que dominam os meios de comunicação no Brasil e, no caso da nossa análise, no Espírito Santo. Assim, são os interesses do mercado que, em última análise, ditam os editoriais que chegam até os telespectadores e contribuem para a construção de um imaginário coletivo previamente pensado por aqueles que dominam os meios de comunicação. É o que Arbex Jr (2001) chama de “capitulação universal”, termo utilizado para analisar a submissão da notícia aos interesses do capital e que pode ser entendido como a forma lenta e gradual que o capital se vale para, por meio da mídia, criar e cristalizar um discurso que justifica e defende ações implementadas em benefício do capital e em detrimento da população. Sobre tal fenômeno, o autor afirma:

É óbvio que a hegemonia do grande capital corporativo em geral, e americano em particular, tem sérias e profundas implicações sobre a seleção, interpretação e distribuição das notícias. Centros formadores de matrizes ideológicas liberais, as grandes corporações elaboram e disseminam discursos e interpretações que reforçam diariamente a ideologia segundo a qual cabe ao “mercado” a resolução dos problemas e demandas de toda ordem [...] (ARBEX JR., 2001, p. 100).

Santos (2009), ao analisar o conflito social como ferramenta utilizada por movimentos sociais para pressionarem as agendas social (opinião pública) e política (inserção da temática na agenda legislativa e do poder executivo em suas várias instâncias), apresenta o papel da mídia na exposição – negativa ou positiva – de uma demanda. Em sua apropriação, a forma como as notícias são veiculadas é importante dado na elaboração das agendas, uma vez que pode potencializar redes ou alimentar reações adversas. Hannigan (*apud* Santos, 2009, p. 145), descreve que:

A mídia exerce o papel de potencializar uma temática de forma a torná-la pública. Dessa forma, novos agentes são convidados a participar das discussões, complexificando a temática. Num movimento espiral, quanto mais agentes envolvidos, maior será a possibilidade de cobertura mediática de uma questão e vice-versa. A ascensão de uma notícia [...] na agenda da mídia leva em consideração cinco fatores principais: 1) relação com os conceitos culturais amplamente aceitos; 2) articulação entre as agendas política e científica; 3) caráter dramático do problema

ambiental; 4) relação com o presente ao invés de um futuro distante; e 5) relação com uma agenda de ações concretas.

Em seu artigo, ao analisar dados acerca de movimentos ambientalistas, Santos (2009) descreve como a visibilidade midiática positiva é relevante na passagem de assuntos para condicionantes na elaboração de política públicas. O apoio da opinião pública (agenda social) é singular nesse processo. Além disso, há de se levar em conta os interesses dos financiadores dos veículos – que fazem parte de um grupo social com objetivos bem definidos enquanto categoria econômica. Assim, a dita neutralidade dos veículos de mídia nasceria da dose ideal (ideal no sentido de otimizar lucros) entre atender seus expectadores e seus financiadores/patrocinadores – pendente muito mais para o segundo grupo.

A validade histórica da hipótese de Arbex Jr. (2001) teve seu ápice na primeira década dos anos 2000 até meados da década seguinte. Como já mencionado, as transformações nos veículos de informação colocaram uma série de desafios para a TV – principalmente a TV aberta. A validade perante à população não é alcançada apenas com a espetacularização da notícia, mas sim pela sua abrangência – capilaridade nos demais veículos (retransmissão pelo Youtube, Instagram, Facebook, Whatsapp, Telegram) – e por sua manifestação ao longo do tempo – replicabilidade que na teoria da comunicação social pode ser entendida como *agenda setting*. Outro componente central na manifestação da veracidade da informação é a conexão com as verdades morais dos grupos. Em outras palavras, não é mais a discussão em torno das dúvidas, mas agora parte-se das certezas que são reforçadas pelas informações. O consumo de informação se tornou algo como ir ao supermercado, onde se escolhe o produto de acordo com critérios previamente estabelecidos pelo consumidor.

A sociedade do espetáculo

Em outra proposta similar, mas que guarda singularidades, temos o aprofundamento do debate em torno do espetáculo, proposto por Debord (2003). O poder da mídia em influenciar as ideias presentes na sociedade está diretamente ligado à sociedade que construímos – e aqui já temos uma primeira distinção em relação a Arbex Jr. (2001), ao inserir a elaboração ideológica como camada analítica. Para Debord (2003, p. 18) “o espetáculo é a principal produção da sociedade atual”. No livro *A sociedade do espetáculo* (2003), o referido autor afirma que a

especialização do trabalho e toda a organização produtiva que foi se desenvolvendo com o capitalismo gerou uma produção separada, isolada: separou-se o trabalhador daquilo que ele produz, separou os trabalhadores uns dos outros, separou-se a produção em partes isoladas. E tal fenômeno se verifica não só em relação à produção, mas se ramifica em todos os aspectos da nossa vida e das nossas relações. Como consequência “[...] perde-se todo ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, perde-se toda a comunicação pessoal direta entre os produtores” (DEBORD, 2003, p. 23). Tal processo restringe ainda mais o poder nas mãos de uma pequena parcela da população, pois a “[...] unidade e a comunicação tornam-se atribuições exclusivas da direção do sistema” (DEBORD, 2003, p. 24).

Uma das características da sociedade do espetáculo é exatamente o isolamento, tanto pela organização da produção (como produzimos) quanto pela própria produção (o que produzimos). E cada vez mais produzimos produtos que nos isolam: o automóvel particular, o smartphone, a televisão. Reforçamos, cada vez mais, as condições de isolamento entre as pessoas, bem como entre as pessoas e os fenômenos sociais que as cercam. Estes, na sociedade do espetáculo, chegam até nós, mediados por alguém. Não nos chega, então, o fenômeno em si, mas a representação que alguém faz dele. Nesse sentido, Debord (2003, p. 25) afirma que

A origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo [...]. No espetáculo, uma parte do mundo representa-se perante o mundo, e é-lhe superior. O espetáculo não é mais do que a linguagem comum dessa separação. O que une os espectadores não é mais do que uma relação irreversível com o próprio centro que mantém o seu isolamento. O espetáculo reúne o separado, mas reúne-o enquanto separado.

O que passa a ter importância em um fato histórico é mais a representação que foi construída dele do que o fato em si. Nesse contexto, os meios de comunicação exercem grande influência na produção do conhecimento sobre os fatos, pois, além de possuírem recursos de criar representações de tudo o que existe, têm capacidade de levar tais representações a um número de espectadores que nenhum outro produtor de representações tem.

O grande alcance que os meios de comunicação possuem, aliado ao monopólio do controle por uma pequena parcela da população, faz com que eles sejam os principais meios de apresentar à sociedade visões únicas sobre tudo o que vivemos,

ou, talvez, sobre tudo o que deixamos de viver para tornarmo-nos espectadores, pois, como afirma Debord (2003, p. 26),

[...] quanto mais ele [espectador] contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhes representa.

A exposição de conflitos afronta tanto os veículos de mídia justamente por apresentar pontos de vista diversos. Supomos que a veiculação preponderantemente negativa dos conflitos sociais decorrem basicamente de dois fatores: a exposição de demandas de grupos sociais com interesses em oposição ao dos proprietários dos veículos de mídia, bem como de seus anunciantes/patrocinadores; os conflitos sociais apresentam visões que rompem com visões únicas das condições sociais.

Nos acontecimentos que procederam as ocupações de 2016 foram observadas radicalizações de construções baseadas na operacionalização da tecnologia do medo. Programas televisivos explorando imagens cadavéricas, corpos emocionalmente mutilados pela perda de entes queridos (tomadas de câmeras focando o rosto de pessoas chorando copiosamente diante de uma vida que se foi) ou mesmo a ameaça comunista que se consuma nas ocupações de terras improdutivas, de prédios abandonados ou ainda de escolas em forma de protesto.

O espetáculo se refere uma camada sobreposta à realidade que pretende se afirmar em seu lugar, num gesto de natureza totalizante que na prática é mais um fragmento imagético. Isso se refere a uma superfície que pretende oferecer a pretensão de objetividade que não possui – e muito menos ainda se propõe a discutir as raízes da realidade expressada. A questão colocada se refere ao tema da correlação entre visões de mundo e realidade, mas insiste muito mais na dimensão puramente imagética desse mundo sem referencial.

Como a mídia representou os movimentos de ocupação escolar

A Rede Gazeta é o maior grupo de comunicação do Espírito Santo e possui, no total, dezoito negócios na área de comunicação. Entre eles, quatro emissoras de televisão aberta filiadas à Rede Globo: a TV Gazeta, com sede na cidade de Vitória e

atendendo um total de 679.616 domicílios com aparelho de televisão, em quinze municípios; a TV Gazeta Sul, com sede na cidade de Cachoeiro do Itapemirim e cobrindo um total de 235.591 domicílios com aparelho de televisão, em vinte e oito municípios; A TV Gazeta Norte, com sede na cidade de Linhares, cobrindo quatorze municípios e 185.251 domicílios com televisão; e a TV Gazeta Noroeste, com sede no município de Colatina atendo vinte e um municípios e 168.637 domicílios⁴.

As quatro emissoras de televisão da Rede Gazeta cobrem todos os setenta e oito municípios do Espírito Santo e chegam a, aproximadamente, 1.270.000 lares, alcançando quase a população total do estado, estimada em 4.016.356 (IBGE, 2017).

Para a reflexão que nos propusemos a fazer, definimos como objeto de análise as reportagens que estão disponíveis na seção “ESTV 1ª edição” no portal de notícias g1.globo.com. Definimos o recorte temporal entre os dias 01/10/2016 e 31/10/2016, com o objetivo de cobrir o mês em que as ocupações estudantis se iniciaram. As reportagens selecionadas foram divididas em duas categorias, que denominamos “Ocupações das Escolas” e “Reportagens sobre Educação Básica”. Na primeira, destacamos as que noticiavam alguma informação sobre as ocupações de escolas da Educação Básica, seja Ensino Fundamental, Médio ou Técnico; para a segunda categoria, selecionamos reportagens sobre práticas de ensino e ações desenvolvidas nas escolas ou relacionadas a elas. Foram encontrados treze vídeos relacionados à primeira, e vinte e nove em relação com a segunda.

As ocupações de escola no Espírito Santo foram iniciadas no dia 10/10/2016 nos institutos federais de Cachoeiro de Itapemirim e de São Mateus; entretanto, a primeira reportagem foi encontrada apenas no dia 17/10/2016. Seu título era “Estudantes do IFES protestam em Cachoeiro no sul do estado”⁵, e nela era informado que os alunos bloquearam a entrada administrativa do IFES em protesto contra a PEC 241, a MP do Ensino Médio e a retirada dos institutos federais da lista de classificação do ENEM. A reportagem teve a duração de quarenta e três segundos e foi narrada pela âncora do jornal, enquanto fotos da instituição ocupada eram mostradas.

⁴ Informações retiradas do sítio eletrônico da Rede Gazeta (www.redegazeta.com.br).

⁵ Disponível no endereço eletrônico <<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-ledicao/videos/t/edicoes/v/estudantes-do-ifes-protestam-em-cachoeiro-no-sul-do-es/5382534/>>. Acesso em 03 dez. 2017.

A segunda reportagem aparece no dia 18/10/2016, com o título “Estudantes ocupam IFES de São Mateus há uma semana”⁶. Nela, são veiculadas as seguintes informações: (1) os estudantes são contra a PEC 241 e a MP do Ensino Médio; (2) um bloco do IFES foi fechado por estudantes do próprio instituto e da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Mateus; (3) setecentos estudantes estão sem aulas; (4) os estudantes que querem estudar não são autorizados a entrar. Há ainda uma entrevista com um aluno, que explicou os motivos do movimento de ocupação e outra com o diretor do campus. A narrativa foi concluída com aspectos considerados negativos, deixando a mensagem do prejuízo do movimento para 700 alunos. A reportagem durou dois minutos e trinta e nove segundos. Naquela semana, foi encontrada mais uma reportagem com duração de cinquenta segundos e que segue o mesmo padrão da primeira.

Em duas semanas de movimento de ocupação de escolas, apenas três reportagens do telejornal analisado foram encontradas, num total de quatro minutos e doze segundos. Lembrando que cada uma das quatro emissoras da Rede Gazeta produz seu próprio telejornal por volta do meio dia, quando as pessoas param para o almoço – o que garante grande audiência –, totalizando quatro telejornais locais, por dia, de quarenta e cinco minutos cada. Chama atenção o silêncio que a mídia produziu em relação a um movimento que já acontecia há duas semanas e que ganhava força no Espírito Santo. Mais intrigante, ainda, é quando recordamos que o movimento de ocupação das escolas foi iniciado em 2015, em São Paulo, e durante o ano de 2016 continuou acontecendo em diversos estados do país. A narrativa dos líderes dos movimentos, ao contrário que sugeria o final das reportagens, não era para prejudicar os alunos e muito pelo contrário, se mostrou uma estratégia dos estudantes secundaristas de lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

As ocupações que foram iniciadas no Espírito Santo no dia 10/10/2016 não eram movimentos isolados; faziam parte de uma grande mobilização que os estudantes da Educação Básica desenvolviam estrategicamente em todo o Brasil há pelo menos um ano. E a mídia local se silenciou durante as duas semanas em que tal movimento então se iniciava no Espírito Santo. A estratégia de invisibilizar movimentos e fatos sociais é recorrente em relação à grande mídia, tanto no Brasil

⁶ Reportagem disponível no sítio eletrônico <<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-ledicao/videos/t/edicoes/v/estudantes-ocupam-o-ifes-de-sao-mateus-ha-uma-semana/5385267//>>. Acesso em 03 dez. 2017.

quanto em outros países. Arbex Jr. (2001) relembra que a campanha “Diretas Já” ficou meses sem merecer destaque na televisão, mesmo com comícios e passeatas acontecendo em diferentes cidades do Brasil.

Debord (2003) contribui para entendermos a estratégia da mídia de invisibilizar movimentos. Numa sociedade do espetáculo, afirma o referido autor, o “espetáculo se apresenta como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é o que aparece é bom, o que é bom aparece” (DEBORD, 2003, p. 17). Ou seja, no contexto em que vivemos, é importante para qualquer movimento aparecer para o público como forma de garantir sua validade. Não aparecer pode, até mesmo, significar sua não existência.

Mas há fatos, movimentos e fenômenos, como as “Diretas Já”, que se impõem, e a mídia não tem como deixar de noticiá-los, sob o risco de afetar a credibilidade junto ao público. Foi o que aconteceu com as ocupações escolares no Espírito Santo. A força do movimento impôs à televisão a necessidade de divulgar, de acordo com seus interesses e visão o que acontecia nas escolas capixabas.

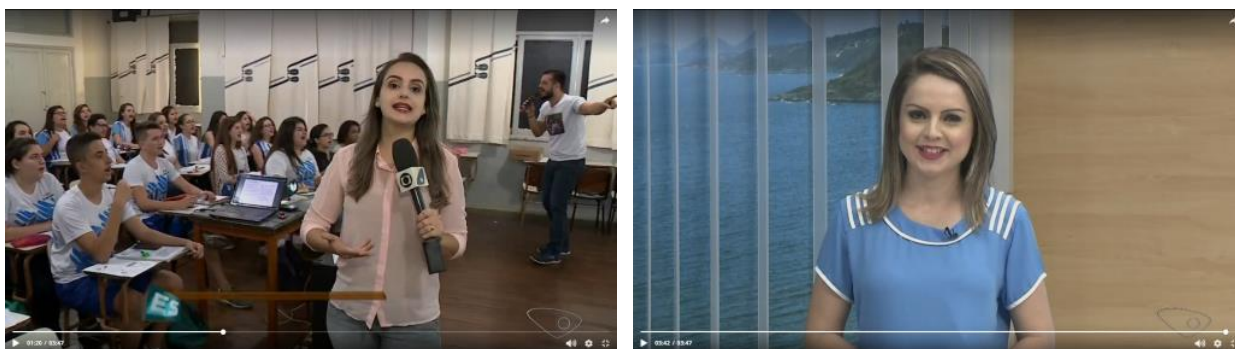
Então, na semana do dia 24/10/2016 até o dia 29/10/2016 foram nove reportagens sobre as ocupações. Em média, elas passaram a ter uma duração maior que as primeiras e diversas consequências negativas do movimento começaram a ser colocadas em pauta: a possível mudança dos colégios eleitorais, tendo em vista o segundo turno das eleições municipais que aconteceriam no final do mês; a mudança dos locais de realização do ENEM e o prejuízo que os alunos das escolas ocupadas teriam para realizar a prova, já que estas encontravam-se sem aula; as passeatas que atrapalhavam o trânsito, entre outras. Nenhum aspecto positivo do movimento foi levantado, assim como, nenhum aspecto negativo da PEC 241 e da Reforma do Ensino Médio – medidas do governo federal contra as quais os estudantes se manifestavam – foi debatido. Todas as reportagens tiveram essa mesma estrutura: destacar um aspecto negativo da ocupação, sem debater as questões que os estudantes objetivavam colocar em pauta.

Se compararmos as reportagens sobre o movimento de ocupação com outras notícias referentes às escolas de Educação Básica, podemos perceber mais claramente a estratégia de criar uma representação negativa do movimento dos estudantes. No mesmo período, do dia 24/10/2016 a 29/10/2016, foram ao ar dez reportagens sobre a Educação Básica. O que chama atenção é a diferença da postura

dos âncoras e repórteres em relação às notícias. Identificamos que nas notícias categorizadas como “Ocupações das Escolas”, a postura dos jornalistas era de uma pretensa neutralidade, mostrando uma expressão séria ao relatá-las. Já em relação às notícias da categoria “Reportagens sobre Educação Básica”, constatamos uma postura mais leve e positiva, com sorrisos e semblantes que demonstravam aprovação em relação ao que reportavam. Não só a diferença entre a postura dos jornalistas nos chamou atenção. As reportagens da categoria “Reportagens sobre Educação Básica” tinham outra estrutura, ressaltando os aspectos positivos de tais ações, mostrando a satisfação dos alunos e destacando as consequências positivas para a Educação de forma geral.

Representativo de tal estratégia é a reportagem da TV Gazeta Sul “Escola faz aula divertido para o ENEM em Cachoeiro, sul do ES”⁷, com três minutos e quarenta e sete segundos e que foi ao ar no dia 27/10/2016. A âncora inicia a notícia afirmando que, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, tem uma escola preparando os alunos para o ENEM de uma forma bem divertida. Essa introdução à reportagem é feita com um sorriso no rosto e um semblante de aprovação e satisfação ao dar tal notícia. A reportagem é sobre uma aula de biologia e é iniciada com a seguinte afirmação da repórter: “Todo mundo concentrado”. Os alunos são mostrados de forma organizada, fazendo anotações e prestando atenção ao que o professor fala, são entrevistados e relatam a ansiedade que o ENEM gera. A repórter, então, afirma que “Para ajudar os alunos a memorizar os detalhes, o professor resolveu usar a música. [...] Assim dá pra quebrar a tensão do nervosismo da prova e aprender o conteúdo de forma mais divertida” e então mostram todos os alunos cantando, junto com o professor, várias paródias com letras que retratam o conteúdo da matéria. Durante toda a reportagem é mostrado um clima agradável, um ambiente organizado e é ressaltado como tais estratégias contribuem com o aprendizado.

⁷ Disponível no endereço eletrônico <<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/t/edicoes/v/escola-faz-aulao-divertido-para-o-enem-em-cachoeiro-sul-do-es/5407585/>>, acesso em 03 dez. 2017.



Imagens 1 e 2: *print* da reportagem “Escola faz aulão divertido para o ENEM em Cachoeiro, sul do ES”.

No mesmo dia, foi veiculada, também na TV Gazeta Sul, a reportagem “IFES de Cachoeiro é desocupado no sul do ES”⁸ com quarenta e dois segundos. A expressão da mesma âncora e a estrutura da reportagem diferem bastante da notícia anterior. Sua expressão é de seriedade, sem sorrisos ou semblante leve. A reportagem se reduz a narração da âncora com exposição de imagens do instituto ocupado: cadeiras amontoadas, um jovem dormindo sob um colchão inflável num quarto aparentemente desorganizado e alunos no pátio sem desenvolverem nenhuma atividade.



Imagens 6, 7 e 8: *print* da reportagem “IFES de Cachoeiro é desocupado no sul do ES”.

Cria-se, então uma oposição entre o movimento de ocupação – desorganizado e impedindo a aprendizagem – e a escola em seus dias de aula – divertida, limpa, organizada e com grande potencial de aprendizagem. É o maniqueísmo que Arbex Jr

⁸ Disponível no endereço eletrônico <<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/t/edicoes/v/ifes-de-cachoeiro-e-desocupado-no-sul-do-es/5407550/>>, acesso em 03 dez. 2017.

(2001) afirma ao se questionar como a televisão manipula um público tão diverso. O autor responde que é

[...] restringindo ao máximo o espaço de interlocução, por meio do uso de esquemas e slogans que traduzam a “verdade” em formas simples e tranquilizadoras. Cirando, enfim, metáforas que explicam segundo receitas maniqueístas e de fácil compreensão [...] (p. 115).

A contraposição das notícias sobre o movimento de ocupação escolar (que mostravam alunos em ação) e de outras notícias sobre a Educação Básica (que também mostravam alunos em ação) parece ilustrar bem essa manipulação maniqueísta em que os primeiros (alunos da ocupação) representavam, se não o mal, o tipo de alunos que não são bons para a escola e a para a sociedade, pois negam-lhes o direito à educação, de forma autoritária e que deve, portanto, ser socialmente reprovado ou impedido de agir; já o segundo (os alunos em ações cotidianas da escola, que não as ocupações) representa o tipo ideal de aluno, o lado bom da educação e que deve ser incentivado e aprovado.

O caso supracitado é representativo, mas não único⁹. As duas categorias de reportagem seguem basicamente a mesma estrutura e se contrapõem na mesma edição dos telejornais, como se mostrassem ao telespectador o quanto o movimento de ocupação é prejudicial frente a todo o potencial educativo que as escolas oferecem. Acrescenta-se à construção de tal perspectiva, o fato de algumas reportagens, que destacavam o aspecto positivo da educação, serem feitas em escolas particulares.

As estratégias para desqualificar o movimento das ocupações escolares foram variadas. É possível observar, por exemplo, a repetida afirmação de que “[...] professores e diretores estão dialogando com os manifestantes para evitar prejuízos [...]”¹⁰ aos alunos; dando a entender que os profissionais da Educação eram contrários ao movimento e estavam empenhados no seu término. Lembrando que nenhuma pesquisa a respeito da opinião dos professores sobre as ocupações no Espírito Santo foi feita.

⁹ Outras reportagens podem ser acessadas pelo endereço eletrônico <<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/>>.

¹⁰ Fala retirada da reportagem “Aulas são suspensas nas escolas estaduais ocupadas na Grande Vitória”, disponível em <<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/t/edicoes/v/aulas-sao-suspensas-nas-escolas-estaduais-ocupadas-na-grande-vitoria/5401758/>>, acesso em 03 dez. 2017. Tal fala pode, também, ser encontrada em outras reportagens sobre as ocupações escolares.

A partir do dia 25/10/2016, os jornalistas passaram a afirmar que as ocupações prejudicariam a aplicação da prova do ENEM, bem como os alunos que estavam sem aula e, portanto, sem se prepararem para tal avaliação. Tal estratégia foi intensificada a partir do dia 27/10/2016. Entre os dias 27/10/2017 e 31/10/2016 foram encontradas cinco notícias na categoria “Reportagens sobre a Educação Básica”; destas, quatro sobre o ENEM. Em todas elas, se afirmavam a importância do ENEM para os estudantes do Ensino Médio e como é possível tornar a preparação para tal avaliação, um momento divertido e descontraído. Em contraposição, nas reportagens da categoria “Ocupação das Escolas”, o discurso dos jornalistas era, sempre, sobre como as ocupações foram prejudiciais ao ENEM.

A forma como o conflito social exposto pelos secundaristas foi noticiado é relevante para o entendimento dos interesses dos grupos que controlam os veículos midiáticos. Enquanto os secundaristas buscavam ampliar a discussão acerca da PEC 241 e seus efeitos no sistema de ensino – a exposição do conflito para ampliar o debate –, a emissora em questão negligenciava o tema central e expunha questões que buscava apresentar as ocupações como prejudiciais para a sociedade como um todo ou eventos negativos à elas associadas.

A construção social do medo (ao final o medo da não realização ou má preparação para o ENEM 2016) a partir da segmentação da sociedade – elementos centrais na espetacularização da notícia – foi central para a elaboração negativa do movimento e dos seus membros. A TV, naquele momento, foi decisiva para a formação de uma opinião pública acerca das ocupações estudantis.

Considerações finais

As reportagens televisivas sobre os movimentos contrários à então PEC 241 e a Reforma do Ensino Médio, especificamente no caso das ocupações escolares no Espírito Santo, são representativas da maneira como a mídia procura criar uma visão negativa em relação àquilo que está em desacordo com o posicionamento de seus proprietários, acionistas e anunciantes. Stocco e Moraes (2018) trazem dados que reforçam as singularidades do movimento no ES, dado o movimento empresarial em torno de pautas da educação naquele estado. Justamente os mesmos que anunciam em canais de televisão abertas.

Com base nos dados, afirmamos que o objetivo daquelas reportagens não foi o aprofundamento da discussão sobre as medidas políticas em questão ou a ação desenvolvida pelos estudantes. Antes, o objetivo foi o de desqualificar tais movimentos e desviar o foco das consequências negativas que a então PEC 241 e da Reforma do Ensino Médio poderiam trazer para o país.

Em nenhum momento foi considerada a dimensão formativa desses processos, tal como apontam pesquisas posteriores. Nesse sentido Corti e Crochik (2021) destacam que:

A escola ocupada constitui-se, também, como um espaço privilegiado para a aprendizagem e o estudo e expressa dessa forma, na prática, as demandas formativas dos estudantes. Temas associados ao machismo, homofobia e racismo adquirem relevância tanto como conteúdos de reflexão e aprendizagem associados a uma formação desejada e defendida pelos estudantes das ocupações como também como uma pauta política de um movimento no qual os corpos discriminados e excluídos de mulheres, negros e sexualidades não hegemônicas aparecem e assumem parte significativa do protagonismo do movimento. (CORTI; CROCHIK, 2021, p. 15)

Já Alvim e Mendes (2017), após trabalho de campo com entrevistas a participantes de ocupações estudantis de 2016, concluem em sua pesquisa que:

Estamos vivenciando um processo de resistências, no sentido forte do termo. São movimentos contra as discriminações, as abordagens tendenciosas das mídias tradicionais, a centralização administrativa das escolas, a mercantilização da educação e a certas propostas de lei governamentais. Ao mesmo tempo são resistências inventivas, que delineiam um espaço de experimentação educacional e político, configurando uma alternativa real ao que está dado no campo da política representativa e das escolas disciplinares. (ALVIM; MENDES, 2017, p. 89).

Gropo *et. al.* Defendem que;

Contra o sentido usual dado pelo cotidiano social e escolar, mas também contra as reações das mídias e poderes constituídos, as e os ocupas buscaram reconstruir a imagem da adolescência e da condição estudantil nas ocupações. Na verdade, desde a grande repercussão dos rolezinhos, em 2014, mas, principalmente, com o movimento das ocupações secundaristas, temos no Brasil uma nova ascensão de um sujeito político que tendia a ser pouco valorizado ou visibilizado: adolescentes e estudantes do Ensino Médio. (GROPPO *et al*, 2021, p. 11)

Arbex Jr. (2001) levanta a questão sobre o referendo da verdade autoatribuído pelos meios de comunicação ao mesmo passo que Debord (2003) nos leva a pensar sobre o estatuto do espetáculo – e sua capacidade de dividir a realidade e a separar da essência. Os dados que analisamos, em termos de conteúdo e estética, aponta para as contradições da *mass media* - sua atuação como prestadora de serviços de comunicação e informação está ligada a interesses privados e corporativos, seja do grande capital, de políticos ou de igrejas. Realizar essa análise a uma distância temporal nos permitiu comparar os dados de ocorrência e os desdobramentos em termos de aprendizagem e formação a partir das ocupações. Foi possível demonstrar como a TV aberta, no caso estudado, não foi capaz – ou deliberadamente não teve como objetivo – captar as nuances daqueles que ocupam a condição de grupos de resistência.

Ao retomarmos o verbete “ocupar” no sentido que interpretamos na introdução deste texto – posse de um espaço, tomado ou conquistado por invasão, com o objetivo de preenchê-lo totalmente, de forma que impeça outros de adentrarem o mesmo lugar – defendemos que ele tem mais validade quando o utilizamos para compreender o papel que a televisão desenvolve ao se colocar como veículo de informação. Coura e Moura (2021) nos mostram a dimensão jurídica e as implicações das classificações dadas para os movimentos sociais, populares e comunitários – o que nos permite considerar a relevância das classificações veiculadas pela mídia. Os dados indicam que, ao exercer o papel de manter a sociedade bem informada, a televisão, por meio do seu telejornalismo, representa uma perspectiva bem definida e alinhada sobre os fenômenos que nos cercam. Repetem, constantemente, o mesmo discurso por meio de um padrão na construção da reportagem, de forma a ocupar nossas mentes e impedir que outra visão possa ser elaborada no processo de compreensão do contexto social – com custos sociais inerentes a essa postura. Analisar um determinado fato a partir dos conflitos nos apresenta, ao contrário, óticas diversas a respeito de uma notícia e suas intencionalidades.

Nesse processo de construção de representações sociais a partir da televisão, entendemos ser importante compreender, também, como a agenda social (opinião pública) é composta a partir da ação e reação às notícias televisivas em oposição a novas plataformas (livros, internet, rádio, etc). Não defendemos a perspectiva de que os telespectadores recebem passivamente as informações vindas dos meios de

comunicação, adotando automaticamente a visão destes. Entretanto, sabemos que a televisão, como qualquer outra ferramenta comunicacional ou educacional da nossa realidade, tem o poder de construir representações e educar a visão que as pessoas desenvolvem sobre diversos assuntos.

Referências

ALVIM, D. M.; RODRIGUES, A. Coletivos, ocupações e protestos secundaristas: a fênix, o leão e a criança. **ETD - Educação Temática Digital**, [S. l.], v. 19, p. 75–95, 2017. DOI: 10.20396/etd.v19i0.8647747. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647747>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ARBEX JR., J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações. **Revista Eptic**, v. 17, p. 16–28, 2015.

CORTI, A. P.; CROCHIK, L. O caráter performativo das ocupações estudantis. **Educação**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e29/ 1–28, 2021. DOI: 10.5902/1984644442474. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/42474>. Acesso em: 15 nov. 2022.

COURA, Alexandre de Castro; MOURA, Renata Helena Paganoto. Invasão ou ocupação? A estratégia argumentativa do Poder Judiciário nas decisões envolvendo o ingresso em imóveis abandonados. **Revista de Direito da Cidade** [online]. 2021, v. 13, n. 4, pp. 2098-2123. Acessado 27 Outubro de 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rdc.2021.52949> <https://doi.org/>>.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. [s.l.], 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/5603427/Sociedade_do_Espet%C3%A1culo_Guy_Debord. Acesso em: 15 nov 2022

FERREIRA, A. B. DE H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 6, p. 41–69, 2011.

GROPPO, Luís Antonio *et al.* Ocupações no Espírito Santo em 2016: a adolescência, o protesto e as práticas formativas. **Educação & Realidade** [online]. 2021, v. 46, n. 4 [Acessado 15 Novembro 2022], e108059. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-6236108059>>. Epub 03 Dez 2021. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-6236108059>.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Estimativas de População**, 2017. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf>. Acesso em 12 dez. 2017.

MARTINUZZO, J. A. A Televisão no Espírito Santo – Trajetória histórica e conexões socioeconômicas e políticas do modelo. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v. 1, p. 21–30, 2012.

SANTOS, Leonardo Bis dos. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. **Ambiente e Sociedade (Campinas)**, v. 12, p. 133-150, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a10.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2017.

STOCCO, Aline Faé; MORAES, Livia de Cássia Godoi. Ocupações secundaristas no Espírito Santo. In: **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, pp. 225-262.

REVISTA
INCLUSIONES
REVISTA DE HUMANIDADES M.R.
Y CIENCIAS SOCIALES

CUADERNOS DE SOFÍA
EDITORIAL

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad y no necesariamente reflejan el pensamiento de la Revista Inclusiones.